



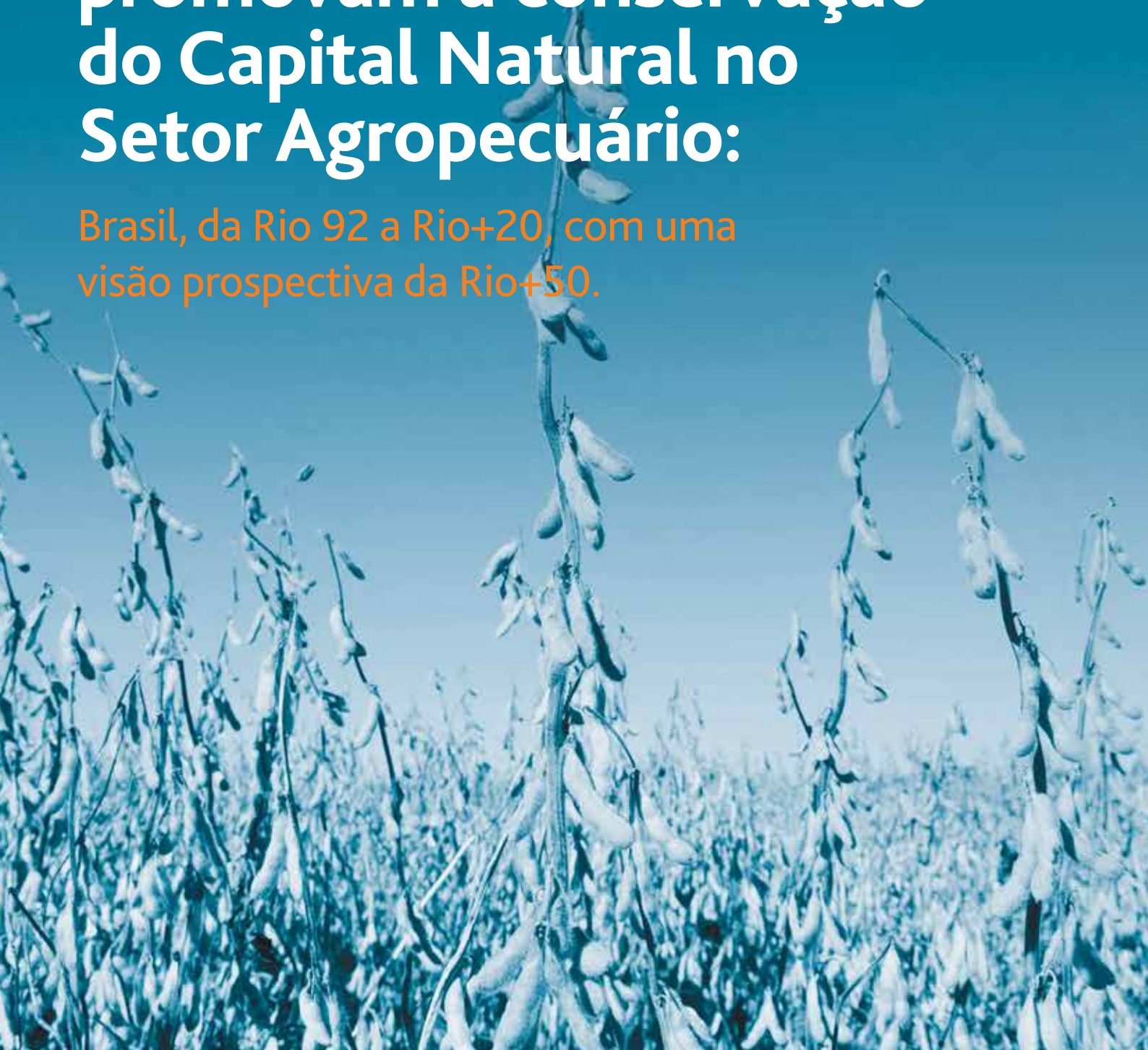
CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE

FEBRABAN

Edição 37 • Abril de 2014

Políticas públicas que promovam a conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário:

Brasil, da Rio 92 a Rio+20, com uma
visão prospectiva da Rio+50.



APRESENTAÇÃO

Caros (as) Leitores (as)

Com a proposta de discutir aspectos relevantes relacionados à responsabilidade socioambiental e seus impactos sobre os negócios e, principalmente, a sociedade, a FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) realiza desde 2007 uma série de debates com convidados conhecida como Café com Sustentabilidade.



Nesses encontros, além de palestrantes e especialistas que trazem novos conhecimentos, participam também representantes de bancos associados à entidade, de organizações sociais e governamentais, empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais, universidades, federações, consultorias, escritórios de advocacia e formadores de opinião.

Aprendizes constantes sobre as melhorias nos processos relacionados à questão de Sustentabilidade, nós da FEBRABAN reconhecemos que o assunto é inesgotável. Até porque, quando se fala de meio ambiente e de como é a intervenção humana nesse cenário, precisamos melhorar o

presente, olhando o passado e pensando no futuro das próximas gerações.

Nesta edição, você verá o conhecimento disseminado no dia 29 de abril, durante o 37º Café com Sustentabilidade, o primeiro da série de 2014. O estudo debatido recebeu o nome de “Políticas públicas que promovam a conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio 92 a Rio+20, com uma visão prospectiva da Rio+50”.

O vídeo do encontro e as apresentações dos palestrantes estão disponíveis no site da FEBRABAN (www.febraban.org.br).

Boa leitura!



“ Para o setor financeiro, a questão da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental é vital. ”

Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos
Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN

CRÉDITOS

Redação

Agência Fato Relevante | boutique de comunicação

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos

Projeto Gráfico

Felici Design Estratégico

Fotos

Rafael Rezende

Informações

respsocial@febraban.org.br



ÍNDICE

Introdução	6
Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos	8
Wagner de Siqueira Pinto	10
Maria Cecília Wey de Brito	12
Clênio Teribele	14
Jorge Madeira Nogueira	17
O Debate	20



INTRODUÇÃO



Visando a implementação de práticas agrícolas sustentáveis e à conscientização e mudança de atitude dos públicos internos, parceiros, clientes e sociedade em relação ao consumo responsável, o Programa Água Brasil – parceria entre o Banco do Brasil, a Agência Nacional de Águas, o WWF (WorldWideFund for Nature) e a Fundação Banco do Brasil – lançou, no 37º Café com Sustentabilidade da FEBRABAN, o resultado do estudo intitulado “Políticas Públicas para o Setor Financeiro que promovam a Conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio92 à Rio+20

com uma Visão Prospectiva da Rio+50”.

O objetivo da pesquisa centrou na análise das possibilidades de coordenação e compatibilização entre a atuação do setor financeiro e a mitigação dos danos ambientais derivados das atividades produtivas das seguintes cadeias agropecuárias: cana de açúcar, carne bovina, soja e madeira.

Identificando o estudo como um tema cada vez mais discutido dentro do setor financeiro e dos bancos, a FEBRABAN convidou para compartilhar, comentar e analisar o estudo os seguintes especialistas:



- **WAGNER DE SIQUEIRA PINTO** Gerente Executivo do Banco do Brasil;
- **CLENIO TERIBELE** Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil;
- **JORGE MADEIRA NOGUEIRA** Professor da Universidade de Brasília, economista e autor coordenador do estudo realizado no Instituto Nepama – Tecnologia e Meio Ambiente;
- **MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO** Secretária Geral do WWF-Brasil;

MÁRIO SÉRGIO FERNANDES DE VASCONCELOS,

Diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN

“A Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade tem estimulado o compartilhamento de boas práticas e o caso do estudo que será apresentado hoje é mais um exemplo dessa iniciativa que chega a sua 37ª edição. Inicia Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN. A entidade reconhece que a competição no setor não se dá nesse processo de aprendizado nem tampouco no descobrimento de fazer negócios de uma maneira sustentável e positiva para o País. “Ao longo desse ano, pretendemos trazer outras experiências de outros bancos a fim de ter um processo construtivo nessa direção, pois a questão de sustentabilidade tem valor quando envolve os homens de negócio. Queremos que essas questões sejam levadas ao dia a dia das organizações.”

Para Vasconcelos, o título do estudo a ser apresentado é bem provocativo porque traz uma avaliação do que foi feito no período entre 92 até agora. “Há uma reflexão importante a ser feita, num espaço de tempo longo”, diz. “E hoje tentamos imaginar qual será nossa resposta lá na frente. Para o setor financeiro, a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental são vitais. Basta ver a recente resolução do Banco Central que requer de todas as instituições reguladas – incluindo as cooperativas, financeiras,



“Ao longo desse ano, pretendemos trazer outras experiências de outros bancos a fim de ter um processo construtivo nessa direção, pois a questão de sustentabilidade tem valor quando envolve os homens de negócio. Queremos que essas questões sejam levadas ao dia a dia das organizações.”

corretoras, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos comerciais de todos os tamanhos – a obrigação de explicitar e discutir nas suas governanças, nos seus conselhos e nas suas diretorias o que existe sobre políticas de responsabilidade socioambiental, quais instrumentos existem para monitorar e avaliar, além de ser necessário prestar contas dessas políticas”, explica Mário Sérgio.

É um processo extremamente importante. “De fato, os bancos já tratam disso de maneira voluntária há algum tempo. O setor tem avanços a mostrar, como é o caso da própria Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN, estimulando o compartilhamento de boas práticas.”

WAGNER DE SIQUEIRA PINTO,

Gerente Executivo do Banco do Brasil

A apresentação do estudo “Políticas públicas que promovam a conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio 92 a Rio+20, com uma visão prospectiva da Rio+50” traz uma visão longitudinal. Para Wagner de Siqueira Pinto, gerente executivo do Banco do Brasil, a divulgação do estudo não poderia vir num momento mais oportuno. “Momento mais pertinente, pois há poucos dias, foram divulgadas as diretrizes de governança para a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras, com a resolução 4327 do Banco Central do Brasil, que tem a gestão de risco socioambiental como um de seus principais eixos”, explica. Segundo ele, “essa resolução vem conectada como a resultante de um processo que se fortalece, há pelo menos duas décadas, em solo brasileiro e tem como um dos marcos iniciais o Protocolo Verde, isto é, o conjunto de questões e de salvaguardas socioambientais adotadas pelas instituições financeiras públicas do Brasil junto à sociedade brasileira no âmbito de seus financiamentos”.

O debate sobre a sustentabilidade no setor

avançou de forma voluntária a partir de 2003, com os Princípios do Equador, também considerado um conjunto de salvaguardas bastante robusto, inspiradas no Banco Mundial e na Corporação Financeira Internacional (braço empresarial do Banco Mundial), adotadas voluntariamente pelos principais bancos do mundo, inclusive no Brasil. Em 2008, houve a adesão dos bancos privados ao Protocolo Verde ampliando o comprometimento do setor financeiro nacional com as práticas e preceitos socioambientais que têm como base exatamente as políticas públicas que são apresentadas neste encontro.

De todo esse processo, Wagner de Siqueira Pinto destaca o perfil colaborativo das instituições financeiras com relação ao tema risco socioambiental nesses 10 anos. “Na nossa experiência internacional em relação ao tema, o Brasil é um dos países que está na vanguarda desse processo, principalmente nesse teor colaborativo de busca de soluções em comum para conectar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. Existem

“A conciliação entre conservação e desenvolvimento, como resultado de um processo de construção compartilhada entre os diversos públicos de uma organização, tem que se fazer presente. Por isso aqui estamos compartilhando os resultados desse estudo.”



inúmeros fóruns de debate com relação ao tema, e a Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade FEBRABAN contribui fundamentalmente para esse processo e posicionamento, daí a pertinência do local para este lançamento.” Em sustentabilidade – avalia –, todos são aprendizes e o grande desafio das organizações é buscar, diante de suas especificidades e potencialidades, as melhores formas de se conectar com o tema em suas

atividades. “A conciliação entre conservação e desenvolvimento, como resultado de um processo de construção compartilhada entre os diversos públicos de uma organização, tem que se fazer presente. Por isso aqui estamos compartilhando os resultados desse estudo.”

Trata-se de um estudo do programa Água Brasil, numa parceria firmada pelo Banco do Brasil, com a Agência Nacional de Águas, que traz ainda a visão do WWF-Brasil, filiada à maior rede ambiental do mundo. O Programa Água Brasil tem como um de seus objetivos gerar conhecimentos e soluções mediante a realização de projetos socioambientais conectados aos negócios. “O estudo do professor Jorge Madeira teve como objetivo analisar as possibilidades de coordenação e compatibilização entre a prática agropecuária e a conservação ambiental em prol do desenvolvimento e o importante papel das instituições financeiras nesse processo”, conclui o gerente executivo do Banco do Brasil.

MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO, Secretária Geral do WWF-Brasil

A parceria do WWF-Brasil com o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e a Agência Nacional de Águas, estabelecida em 2010 pelo Programa Água Brasil, trouxe para a organização ambientalista grandes aprendizados sobre o setor financeiro. “Sem dúvida, essa relevante parceria permitiu uma abertura de olhar significativa do ponto de vista de sermos uma organização não governamental. O setor financeiro é um importante indutor de mudanças no setor produtivo em nosso país e no mundo. Dialogar com as instituições e discutir diferentes opiniões de forma colaborativa e construtiva é de nosso interesse. Nosso papel é influenciar o setor financeiro por práticas mais sustentáveis, apontando caminhos para soluções”, afirma Maria Cecília Wey de Brito, secretária geral do WWF-Brasil.

A organização ambientalista tem 52 anos e está presente em mais de 100 países. Globalmente atua junto às instituições financeiras contribuindo para o avanço da inserção de sustentabilidade nos negócios

dessas organizações, o que, no Brasil, é de competência do Programa Finanças para Sustentabilidade. Pelo Programa Água Brasil, o WWF-Brasil e o Banco do Brasil desenvolvem em conjunto ações para aprimorar a avaliação de risco socioambiental na concessão de crédito, bem como identificar oportunidades de negócios sustentáveis a serem fomentados pela instituição através de linhas de financiamento e outros produtos financeiros.

“Participamos de um processo muito importante, mencionado pelo professor Madeira no seu estudo, que é o desenho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, resultante da RIO+20, que ocorreu em 2012 no Rio de Janeiro. Aproveito e faço menção a um estudo que o WWF produz, com uma periodicidade de cerca de 2 anos, chamado ‘Living Planet Report’, ou o Relatório “Planeta Vivo.” Maria Cecília explica que o relatório analisa o planeta por duas perspectivas: o consumo dos capitais naturais e a capacidade do planeta de produzi-los (biocapacidade). O primeiro menos

o segundo revela que atualmente a população consome, em média, o equivalente a um planeta e meio. Isso significa que os limites do planeta a serem respeitados já são ultrapassados todos os anos. "Basta ver o que está acontecendo com o problema da água do Sistema Cantareira, em São Paulo, por exemplo. Quando não há água, não são prejudicados apenas os consumidores residenciais. Essa escassez influencia também os negócios como, por exemplo, a capacidade de produção de uma indústria num determinado período porque não teve água o suficiente para fabricá-lo. A questão ambiental é a base da vida, é a base da sustentação, inclusive dos negócios."

Na avaliação de Maria Cecília, não se trata de o planeta acabar, como se costuma dizer popularmente. "O planeta não vai acabar,

já que a Terra existia há milhões de anos antes de nós aparecermos como espécie. O perigo é a nossa espécie não ficar no planeta. Então, para que nós continuemos aqui presentes, a observação dos limites da Terra é essencial. E nada melhor que debater esse tema com quem pensa de uma maneira de curto, médio e longo prazo", expõe a secretária geral do WWF-Brasil. "A ideia desse estudo é trazer uma leitura de como são ou serão as oportunidades que teremos pela frente. Queremos sair do círculo vicioso e entrar para o ciclo virtuoso do planeta".

"Nosso papel é influenciar o setor financeiro por práticas mais sustentáveis, apontando caminhos para soluções"



CLENIO TERIBELE, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil



O diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, Clenio Teribele, iniciou sua participação contando um episódio curioso, sobre a NASA ter descoberto um planeta muito parecido com os do Sistema Solar e, por isso, haveria a possibilidade de o ser humano migrar para esse destino, no caso de um colapso da Terra. “Porém, se viajássemos hoje correndo à metade da velocidade da luz, só daqui a 250 anos nossa turma chegaria até lá”, acrescentou. “Já que não podemos ir para o espaço, poderíamos pensar em morar a 10 ou 12 quilômetros de altura. Só que aí não haveria pressurização adequada, logo, não teria oxigênio. E se fôssemos para o mar, numa casa submersa? Também seria um

fracasso, pois o limite que aguentaríamos seria de no máximo 40 metros de profundidade. Não, não existem outros lugares. É aqui mesmo que temos de sobreviver. Se o planeta entrar em colapso, talvez até tenhamos chances de viver, mas não os nossos filhos e netos. Portanto, é inegável a responsabilidade de todos nós, e é uma pena a sociedade mundial no geral não ter percebido ainda isso”, declara. Para ele, existem caminhos que precisam ser encontrados, e a iniciativa do Banco do Brasil avança nesse sentido. Teribele trouxe números sobre a agropecuária brasileira, que considera privilegiada em relação à agropecuária mundial especialmente por quatro motivos:

- 1) **RECURSOS NATURAIS ABUNDANTES:** disponibilidade de área; clima com pouca variabilidade, água doce, recursos minerais importantes na área de fertilizantes e outros.
- 2) **PRODUTORES AGROPECUARISTAS COMPETENTES:** são pessoas, em geral, empreendedoras, dedicadas e que sabem cuidar do seu ofício.
- 3) **INSTITUTOS E O CONJUNTO DE TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS PELO BRASIL:** existem no País grandes instituições públicas como a EMBRAPA, que desenvolvem tecnologias nas mais diversas áreas de sementes, mudas, utilização de defensivos, corroborados pelos demais tipos de pesquisa das Universidades e Institutos de pesquisas públicos e privados, muito notadamente ligados aos grandes conglomerados e fornecedores de insumos para a agropecuária brasileira.
- 4) **SISTEMA FINANCEIRO E DE CRÉDITO RURAL:** os bancos que aplicam recursos na agropecuária brasileira, naturalmente, estão inseridos no conjunto dos marcos regulatórios do Brasil e, notadamente, nos apoios que os setores recebem dos Ministérios, do Governo Federal, das Secretarias Estaduais de Agricultura, das Municipais e das assistências técnicas de todo esse processo.



“Quando juntamos esse conjunto de elementos, percebemos que o setor agropecuário vive hoje uma fase extremamente promissora com participação acima de 20% na geração do PIB (Produto Interno Bruto) do País e muitas lideranças mundiais na produção de alimentos. Por pouco não superamos os Estados Unidos na produção de soja. Um acidente climático não nos permitiu desta vez, mas estamos muito próximos da liderança mundial de soja. Somos líderes na

produção de café, cana de açúcar e laranja. Temos uma cadeia de produção de proteína animal extremamente vigorosa, com suínos, aves e carne bovina. Enfim, é um país que, ancorado a este setor, traz uma relevância muito grande para o setor financeiro, que começa a olhá-lo com maior atenção, algo que o Banco do Brasil já faz há mais tempo, pela tradição, pela história e pela evolução da instituição nesse segmento.”

Nesse sentido, Teribele salientou os números de dezembro de 2013 do Banco do Brasil, quando a carteira de crédito rural fechou com R\$144.9 bilhões de saldo. Em 2013 o setor cresceu 34%, somando 20,9% de toda a carteira de crédito do Banco do Brasil. O Banco do Brasil tem 4.270 agências que operam com crédito rural no País e atende a mais de 5 mil municípios, resultando no atendimento de 1,5 milhão de clientes ou algo perto de 66% de share no sistema nacional de crédito rural de todo o País. Ou seja: para cada

R\$100 colocados pelo sistema financeiro na agropecuária brasileira, R\$ 66 estava na carteira do Banco do Brasil.

“Em relação à distribuição, em dezembro, nós tínhamos na carteira Agropecuária Familiar, R\$28,9 bilhões de crédito e, na do Médio Produtor (que existe há menos de 3 anos), essa cifra chega R\$16 bilhões, conta ele. Em alguns programas vocacionados para a questão ambiental como o de Agricultura de Baixo Carbono, o Banco do Brasil fechou dezembro com a carteira de R\$5,3 bilhões. Do ponto de vista de outras ações como tecnologia e produtores empreendedores, o Brasil desenvolveu uma tecnologia de plantio direto que poucos países utilizam.

“Na medida em que compreendermos que um risco socioambiental pode se transformar em uma oportunidade socioambiental, faremos uma diferença muito grande para o País e para o mundo.”

“Nós plantamos 56 milhões de hectares com grãos no Brasil, e mais de 30 milhões destes são plantados no modelo de plantio direto. Esse modelo tem extremas vantagens do ponto de vista de sustentação do solo e da água, pois melhora a produtividade e diminui a intensificação do trabalho com máquinas! E sabemos que isso emite menos carbono, evita a queima de combustíveis fósseis e traz uma série de outras vantagens.”

Quando é feita uma análise regressiva da década de 90 para cá, o Brasil plantava 37,9 milhões de hectares, e hoje esse número subiu para 56 milhões de hectares com grãos plantados. Um crescimento de 49% em 24 anos. Porém, a produção que, em 1990 era de 58 milhões de toneladas de grãos passou para 190 milhões, resultando num crescimento de 229%. “Ora, se não houvesse tecnologia e um esforço desse conjunto de atores para que pudéssemos fazer crescer a produção, estaríamos ocupando hoje cerca de 125 milhões de hectares, ou seja, 4 vezes mais do que tínhamos naquela oportunidade para fazer a mesma produção que alcançamos. Como o mundo demanda do Brasil mais alimentos para sustentar a população de 8 bilhões de terráqueos e mais o que vem adiante, daqui a 20 anos, precisamos ter uma produção de pelo menos 350 milhões de toneladas de grãos. Haveremos de fazer isso com inteligência e sem avançar sobre os recursos naturais que temos.”

“Na medida em que compreendermos que um risco socioambiental pode se transformar em uma oportunidade socioambiental, faremos uma diferença muito grande para o País e para o mundo. Contudo, acredito que só atuaremos com sustentabilidade, principalmente, nas questões envolvendo o meio ambiente, quando isso apresentar resultados. A sustentabilidade sem resultados não será realizada. Alguém fará à revelia da lei, a fim de ter vantagem competitiva sobre quem quiser fazer corretamente mas sem resultados. Por isso precisamos trazer esse equilíbrio e fazer do risco socioambiental uma oportunidade. Teremos muito ganho com isso.”

PROF. DR. JORGE MADEIRA NOGUEIRA, Universidade de Brasília



O título “Políticas públicas que promovam a conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio 92 a Rio+20, com uma visão prospectiva da Rio+50” tem uma razão de ser. O estudo está no site e tem quase 300 páginas. O professor Jorge Madeira Nogueira, da Universidade de Brasília, iniciou sua pesquisa olhando para trás, como uma perspectiva histórica, mas, segundo ele, “sem repetir o erro tradicional que afeta várias instituições brasileiras, de somente ensinar os alunos a analisar o presente e o passado, esquecendo que nossas decisões são sempre em relação ao futuro.”

Sua apresentação foi organizada em quatro tópicos: para o passado, escolheram propositadamente a data corte sendo RIO92, por conta da primeira conferência do Rio, depois passaram pela Rio+20 e definiram o prazo futuro, para os próximos 30 anos, devido a uma tradição metodológica da economia.

O objetivo básico do estudo foi analisar mudanças ocorridas em quatro aspectos extremamente importantes da realidade brasileira: **o setor financeiro, o setor agropecuário** (primordialmente voltado para

o setor externo), **a inserção crescente da economia e da agropecuária brasileira no fluxo de comércio mundial e o meio ambiente** (capital natural). Esses itens não foram analisados separadamente, mas sim comparados, observando suas interfaces com a realidade brasileira nos períodos definidos inicialmente, numa na visão retrospectiva e, depois, numa visão prospectiva.

As quatro cadeias produtivas escolhidas para o estudo foram: a cadeia da cana de açúcar, a cadeia da soja, a cadeia da carne bovina e a da madeira. O estudo capta os quatro aspectos anteriores e cruza com as cadeias produtivas, analisando os dois períodos fundamentalmente. E, a partir daí, ganha destaque o papel financeiro para viabilizar qualquer alternativa de desenvolvimento sustentável agropecuário ou qualquer padrão de economia. A Economia Verde foi uma tentativa na Rio+20 de difundir o conceito com relativo grau de sucesso ou de fracasso para as próximas décadas.

O professor explica que a primeira parte do trabalho traz um conhecimento segmentado. “Pegamos o período de 20 anos, entre RIO92 e RIO+20, analisamos como evoluiu o comércio

externo, em particular o brasileiro, em diferentes aspectos. Também vimos como evoluiu o crédito agropecuário no Brasil, a agropecuária brasileira como um todo e analisamos como tudo isso evoluiu dentro da política de meio ambiente”, diz. “Foi extremamente importante olhar separadamente cada um desses componentes criando os capítulos correspondentes aos conhecimentos segmentados. Tivemos de combinar e cruzar esses conhecimentos.

Quando cruzamos o comércio externo e o capital natural, deparamo-nos com a famosa discussão – que, por coincidência, ocorre nesse mesmo período em âmbito internacional – sobre o impacto das relações entre abertura da economia ao investimento e ao comércio mundial e as consequências sobre o capital natural em diversos países.”

Cruzando essas informações, foi desenvolvido o capítulo de conhecimento combinado. “Dessa forma, aprendemos muito e várias coisas extremamente reveladoras, entretanto, ainda não suficiente para o conhecimento que gostaríamos de ter para responder às perguntas e atingir os objetivos do trabalho. Então, resolvemos combinar: comércio externo, capital natural, crédito agropecuário e atividade agropecuária, quando resultou no capítulo de estudo chamado conhecimento adicionado. Obtivemos novas revelações ao cruzar esses dados. E, só ao final, tivemos o conhecimento totalizador.”

AGROPECUÁRIA X CAPITAL NATURAL

“Foram 20 anos de conflito?”, questiona o professor. “Do início dos anos 90 até o início dessa década, há uma extraordinária mudança que ocorre na realidade dos quatro segmentos analisados. É um período de profundas e marcantes alterações no setor financeiro, na agropecuária, no financiamento da agropecuária e na relação com o setor externo. Vou usar a frase de um velho economista Vernon Ruttan que dizia que **a agropecuária do planeta Terra, em geral, teria, ao longo do Século 20, feito uma transição de um sistema produtivo baseado em recursos naturais para um sistema**



“Num cenário otimista, na RIO+50, teremos suplantado o estado do esverdear políticas agrícolas ”

agropecuário baseado em ciência”.

A partir dessa ideia, verificou-se que a RIO92 ocorre quando os segmentos relevantes do setor agropecuário brasileiro estavam experimentando, um pouco atrasado em relação às outras partes do planeta, mas de forma extremamente intensa, essa transição mencionada pelo professor Ruttan. Ou seja, a década de 90 vai marcar uma profunda mudança em vários segmentos da agropecuária brasileira. Nessa fase, a produção agropecuária é liberada de uma série de limites impostos pelo capital natural, mas, por outro lado, isso começa a gerar um alerta em termos de riscos ambientais e aparecem as primeiras questões para transformar esses riscos em oportunidades.

O professor cita os cultivos que mais tiveram aumento da produtividade dentro de seu estudo: a cana de açúcar, por exemplo, de 20 anos para cá, teve uma produtividade aumentada em 126%; a soja, em 71%; o milho, em 248%; e a pecuária bovina, em 135%. É uma transição acelerada em várias regiões. Outras especificidades seriam as mudanças de espaço da agropecuária, que vai diminuindo a sua participação em termos de área de certos pontos brasileiros e aumentando em outras regiões, com consequências diversas:

tanto em termos de política agropecuária (políticas sanitárias de controle de doenças e pragas, por exemplo), quanto em termos de seu impacto sobre a base natural. Ocorre uma notável mudança na política pública do setor agropecuário, financeiro e do setor externo da economia brasileira. **A principal mudança, sem dúvida, foi de uma política macroeconômica que deu resultados fascinantes: a estabilidade econômica trouxe consequência sobre o crédito agropecuário, que volta a crescer.** Outra mudança importante foi a visão da economia brasileira, que sempre foi historicamente muito fechada ao comércio internacional até o final dos anos 80, e passou a se abrir em todos os aspectos. O Brasil parou de olhar para o próprio umbigo e é percebido como um player importante em termos de comércio internacional. Isso impacta o setor financeiro, agropecuário e a produção das quatro cadeias. Soja, carne bovina e até mesmo setor madeireiro crescem na participação do comércio exterior. “Fomos observando isso e até mesmo no caso da madeira, cuja balança comercial é decepcionante. A pergunta que surge e o trabalho procura responder é: com essa evolução, como as externalidades negativas aparecem sobre o meio ambiente?”, questiona o professor.

Segundo ele, o setor financeiro, neste período, começa a incorporar a discussão de meio ambiente, lentamente, mas crescentemente. Por conta de uma série de decisões jurídicas e legais nos Estados Unidos somados a diversos eventos internacionais, esse setor começa a considerar um novo tipo de risco, e não só os tradicionais. O risco ambiental chega à lista dos riscos de mercado. Para tratar da incorporação de objetivos de salvaguardas ou riscos ambientais nas atividades agropecuárias, surgem linhas de crédito ambientais, sejam para reflorestamento, produtos orgânicos, produtores e espaços geográficos ambientalmente sensíveis. “E isso gera certa ambiguidade no financiamento agropecuário,

que o estudo aponta como sendo uma etapa que iremos necessariamente evoluir nos próximos 30 anos. Essa ambiguidade é que há discursos ambientais com um elevado volume de crédito para a produção agropecuária sem restrição ambiental, exceto em termos das restrições usuais do licenciamento impostas pelo código florestal e as restrições existentes na outorga para o uso da água”.

Na opinião do professor, evoluímos muito, mas a próxima etapa é evoluirmos mais ainda. “A ideia é começar a ter essa restrição sustentável ambiental não como proibição, mas como oportunidade presente em todo e qualquer financiamento. Além disso, há profundas diferenças regionais no financiamento agropecuário, como o fato de algumas regiões serem mais beneficiadas que outras. Mas isso não cabe ao sistema financeiro mudar, mas sim à política pública. O financiamento agropecuário, na opinião do nosso estudo, continuará a desempenhar o papel fundamental na materialização de oportunidades de produção agropecuária sustentável”.

“Finalizando, quero dizer que, num cenário otimista, na RIO+50, teremos suplantado o estado do esverdear políticas agrícolas e iremos avaliar o sucesso da internalização de componentes ambientais nos procedimentos de avaliação de pedidos ou de projetos para obtenção de créditos agropecuários ou de quaisquer atividades”, diz. **“Destacaremos em 2042, o sucesso da política de responsabilidade socioambiental estabelecida e implementada pelas instituições financeiras através da resolução 4327, mencionada anteriormente. Estaremos então mostrando ao mundo o ‘Padrão Brasil’, isto é, a capacidade de desenvolver, produzir alimentos, biocombustível, com estoque de capital natural conservado e saudável. Temos competência para fazer isso!”**

O professor concluiu com uma frase de Joseph Schumpeter, de que o padrão de desenvolvimento do país depende fundamentalmente da competência de um setor financeiro ágil, capaz e motivado para as grandes questões da sociedade nacional e mundial.

O DEBATE

Eduardo Lima, Gerente de Risco e Sustentabilidade do Banco HSBC

Queria primeiro parabenizar a mesa pelas intervenções muito positivas. Pegando o gancho do crédito vinculado e o crédito desvinculado, ou seja, aquele crédito que a gente valida pela questão de 'compliance' com a legislação ambiental, notamos uma fragilidade para as verificações de certas atividades no sistema nacional de licenciamento ambiental. A pergunta é: qual seria o papel dessas certificações num cenário de incorporação das questões de sustentabilidade para a questão de crédito?



Professor Jorge Madeira - Numa transação de mercado entre ofertantes e demandantes, se um dos lados sabe mais que o outro sobre o que está sendo feito, temos um problema. Chamamos isso de informação assimétrica. O jeito de solucionar é colocar à disposição do outro lado o maior volume possível de informações para reduzir custos. Desse ponto

de vista, a certificação precisa cada vez mais caminhar para fornecer o maior volume de certezas sobre o que está acontecendo. Hoje, na área ambiental, essa certificação é de um grau genérico. O que precisa é, a partir desse nível alcançado na certificação, fazer um trabalho ainda melhor para que um banco possa financiar o produtor. Portanto, a certificação será fundamental nos próximos 20 anos porque só a partir dela teremos informações confiáveis para quem quer financiar ou consumir. e o confronto têm custos para o País. Quem está apurando este custo?

Linda Murasawa, Superintendente Executiva do Banco Santander

Diante desse tema muito importante e complexo, gostaria de saber sobre a questão da internalização dos impactos na valoração. Nós, como setor financeiro temos a preocupação da precificação. O senhor acredita que nos próximos anos teremos reflexo na precificação em si?

Professor Jorge Madeira - Acredito que devamos ter cautela nessa questão. Não devemos colocar todos os nossos "ovos", pelo menos nas próximas décadas, apenas em valores monetários. É necessário desenvolver um bom número de indicadores físicos para caminharmos juntos com a tendência crescente de você não aceitar mais que o preço de produto embute a poluição de rio ou a contaminação de um recurso hídrico, por exemplo. Não devemos pensar só em termos de valor para que possamos tomar decisões. Um exemplo: recentemente uma grande empresa foi, depois de quase 15 anos, condenada a pagar uma compensação ao dano causado. E isso foi, talvez, a primeira vez na história do Brasil que você alcançou uma punição de quase R\$ 1,5 bilhão, para tentar valorar o dano causado. Valoração ainda é muito usada na justiça para esse fim. Mas, para o segmento de empréstimos, os riscos e as garantias deverão ser calculados também com indicadores não monetário.

Maria Cecília, WWF-Brasil - Uma das coisas que me lembro é o quanto nós, consumidores e investidores, pagamos mais para produtos que são piores para nós mesmos. Tem algumas explicações que são muito óbvias para todos, em particular para aqueles que trabalham com um grande volume, que são: você tem um produto que tem sempre a mesma cara, então, você consegue definir melhor sua embalagem, a logística, a economia de escala. Por outro lado, é uma questão de informação. Que informações são essas que nos levam, nós como consumidores, preferir consumir algo que é mais caro e pior para nós em muitos aspectos? Acho que o momento que vivemos é interessante exatamente por isso: como rever essas coisas que estão calcadas em nossas cabeças por anos de informação, numa determinada direção? A forma com que vamos observar o capital natural terá de ser diferente a partir de agora.



Simone P. de Azambuja, Analista do Grupo Estratégico de Gestão Socioambiental do Bannisul

Qual é o papel do Estado como incentivador para que essas linhas de créditos possam ser muito mais utilizadas?

Professor Jorge Madeira - Existe uma situação em que você tem linhas de financiamento explícitas, mas, por alguma razão, poucas são utilizadas, pois o custo de fazê-la é muito elevado por conta do custo de cumprir as exigências ambientais. Isso serve como um limitador para essas linhas sejam utilizadas. Mas o que mais me preocupa é a teimosia de certos segmentos do Estado brasileiro de não perceberem que estão apontando na direção errada. Acredito que o governo tem um papel a desempenhar. Em qualquer lugar do mundo os grandes exemplos de sucesso são quando o governo e iniciativa privada conseguem dividir suas tarefas e articular bem essa divisão. Eu lamento ainda que algumas instituições de fomento ao desenvolvimento no nosso País ainda não perceberam que o mundo mudou e, por isso, precisam enxergar outras variáveis além da rentabilidade e da taxa interna de retorno, quer seja para financiar projetos financeiros desse país ou de países vizinhos.





Maria Eugênia Sosa Taborda,

Gerente de Sustentabilidade do Itaú Unibanco Itaú

Gostaria que o Banco do Brasil compartilhasse conosco os seus aprendizados no setor agropecuário. O que funcionou e o que não funcionou?

Clenio Teribele, diretor - Essa pergunta é de uma extensão imensa e, por isso, estamos à disposição para poder conversar melhor depois do evento. Falarei agora da área de Agronegócios onde temos nos cercado de alguns cuidados. Exemplos: nenhum cliente que esteja numa lista de trabalho escravo, de agressão ao meio ambiente, que tenha processo no Ministério Público de qualquer esfera, ainda que não julgado, mas que haja uma suspensão acerca disso, enfim, nenhum deles nessas situações tem o limite de crédito aprovado. Portanto, não opera em nenhuma área no Banco do Brasil. Outra questão é que nós procuramos observar todos os protocolos que existem no mercado firmados com entidades representativas e com poder instituído, especialmente na questão da legislação. E diria que é um preço que não é muito barato. Julgam-nos como muitos burocráticos e limitadores dos negócios. Na prática, quando buscamos nos cercar de garantias para não financiarmos os empreendimentos que possam ferir a legislação ou o meio ambiente, somos julgados burocráticos. Então, esse mundo existe. Como nós trabalhamos muito com recursos controlados de crédito rural, temos muito cuidado em não financiar fora dos limites de exposição daquela atividade e pelo zoneamento estabelecido pelo Ministério da Agricultura. Nós temos um grande patrimônio que é um sistema chamado Referencial Técnico Agropecuário, que é alimentado por uma rede de agrônomos que estão instalados, geograficamente, em todas as nossas regiões agricultoras. Nossos técnicos vivem nas comunidades e, por meio desse sistema, garantimos informações muito sensíveis para verificar se uma atividade não está adequada para a região ou se está provocando algum dano. Também temos um banco de dados, sabendo o que ele plantou e produziu na sua propriedade nessa série histórica de até 20 anos. E, a partir disso verificamos a evolução desse cliente, se ele está aumentando a produtividade, se está assimilando novas tecnologias, se está agredindo o meio ambiente ou se está adequado às condições que a legislação impõe para que possamos manter ou retirar a assistência. Ao mesmo tempo em que nós minimizamos o risco legal, minimizamos o risco de crédito.



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE
FEBRABAN

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1.485, 15º ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

WWW.FEBRABAN.ORG.BR